
O. economicismo em Caio Prado Jr.

Jayro Gonçalves Melo

1 Gérard Mairet. Le Libéralisme: Pressupposés et Significations. In: F. Châtelet. *Histoire des Ideologies*. França, Hachette, 1978, p. 165.

2 C.B. Macpherson. *A Teoria Política do Individualismo Possessivo de Hobbes até Locke*. Trad. Nelson Dantas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

O liberalismo é expressão de uma espécie de guerra fria permanente. A frase, derivada da afirmação de Mairet, segundo a qual a democracia é *une sorte de guerre civile froide entretenue par l'Etat*¹, traduz a tensão latente na sociedade de classes, cuja história não consegue ocultar ao espírito crítico de um Macpherson², por exemplo, o substrato individualista possessivo do conceito de liberdade.

A ideologia liberal vem em socorro do individualismo burguês, legitimando a posse, mas ao fazê-lo revela seu calcanhar-de-aquiles na contradição entre dois termos: liberdade e propriedade. O fetiche da propriedade é assegurado pelo entranhamento desta com aquele valor mais alto e universalmente perseguido: a liberdade. É quando a liberdade legitima a desigualdade entre os que apenas formalmente são proprietários — concebidos proprietários naturais de si mesmos — e os proprietários reais das riquezas acumuladas e por acumular.

No entanto, graças a essa contradição, a busca da liberdade não pára no mundo do progresso burguês. Transcende-o, destacando, no bojo de sua própria intelectualidade, pensadores capazes de superá-lo. A força das obras por eles elaboradas está na razão direta da repercussão exercida na história das lutas sociais e na formação de uma ou mais gerações de pensadores. São obras *significativas*, para usar a conceituação de Lucien Goldmann, ao conseguirem forçar os limites do máximo de consciência possível do grupo social a que estão estruturalmente integradas, ou são *orgânicas*, recorrendo agora à terminologia gramsciana, ao manifestarem-se em contraponto ao intelectual tradicional e aspirarem à superação do sistema hegemônico pela instauração de um novo bloco histórico³.

Dentre tais obras, destaco aqui a de Caio Prado Júnior, construída a partir dos anos 30 e responsável pela formação de inúmeros historiadores e analistas das condições econômicas, sociais e políticas do Brasil, notadamente no interior da universidade. Para respaldar a afirmação, evoco dois testemunhos, o de Antônio Cândido e o de Fernando Novais.

O primeiro, prefaciando *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, em 1967, trata do assunto nos seguintes termos:

Ao evocar esses impactos intelectuais sobre os moços de entre 1933 e 1942, talvez eu esteja focalizando de modo algo restritivo os que adotavam posições de esquerda, como eu próprio: comunistas e socialistas coerentemente militantes, ou participando apenas pelas idéias. Para nós, os três autores citados (Antônio Cândido refere-se aqui a Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.) foram trazendo elementos de uma visão do Brasil que parecia adequar-se ao nosso ponto de vista. Traziam a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos fundamentos "patriarcais" e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal⁴.

Novais abre-se em respeitável emoção nesta frase:

Pessoalmente, sinto um embaraço, quase diria emocional, mesmo para discutir Caio Prado Jr., de tal maneira ele marcou a minha formação, creio mesmo que a dos historiadores de minha geração⁵.

A respeito do contexto em que a obra de Caio Prado aflora com todo este impacto, é oportuno destacar, dentre inúmeras variáveis históricas, que não cabe aqui enumerar, a presença viva da experiência revolucionária russa e sua repercussão nestas plagas com a criação do Partido Comunista do Brasil, em 1922.

A Revolução de Outubro exerceu verdadeiro fascínio sobre os intelectuais burgueses. Fosse para armarem-se ideologicamente contra o fantasma do comunismo, abrindo a trilha que veio dar no integralismo e seus desdobramentos futuros, fosse como modelo para propostas de reformas institucionais, nas sendas conservadoras do liberalismo, ou ainda para radicalizarem-se em adesões explícitas ao socialismo e comunismo, chegando mesmo a filiarem-se alguns ao PCB, caso exemplar de Caio Prado Júnior. Ele próprio, na apresentação de seu livro *URSS — Um Novo Mundo*, fruto de viagem à União Soviética e editado apenas duas vezes (1934 e 1935), alude à incalculável quantidade de trabalhos sobre o tema:

Não há hoje assunto mais explorado. Mesmo a literatura brasileira, em regra tão pobre, já conta, entre originais e traduções, um número bem apreciável de obras do gênero.

E continua:

3 V. os livros de Lucien Goldmann, *Le Dieu Caché: Etude sur la Vision Tragique dans les Pensées de Pascal et dans le Théâtre de Racine*. Paris, Gallimard, 1971, e *Ciências Humanas e Filosofia: Que é Sociologia?* trad. L.C. Garaude e A. Giannotti, S. Paulo, DEL, 1967. Quanto a Antonio Gramsci, v. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Trad. C.N. Coutinho, Rio, Civ. Brasileira, 1968, e o livro de Hugues Portelli, *Gramsci et le Bloc Historique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1972.

4 Antonio Cândido. O Significado de *Raízes do Brasil*. In: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, MEC, 1971, p. XIII.

5 Fernando A. Novais. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In: R. Moraes e outros (orgs). *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 9.

6 Caio Prado Jr. URSS - *Um Novo Mundo*. 2.ª ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1935, p. 5.

*No entanto o interesse do público pelo assunto não decresce. Qualquer livro sobre a União Soviética ainda é avidamente procurado. E é natural que assim seja. O que hoje se passa na Rússia direta ou indiretamente toca todo mundo; e toca numa fibra bastante sensível...*⁶.

É nesse momento de grande tensão e esperanças renovadoras que o jovem historiador Caio Prado Jr. rompe amarras e inicia, no seio da elite cultural brasileira, uma obra cujo sentido é o de ruptura com as abordagens conservadoras do universo liberal de Varnhagen, Capistrano, Oliveira Viana e dos próceres do racismo, como Sílvio Romero e Nina Rodrigues. Sobre esta questão, é elucidativa a abordagem de Carlos Guilherme Mota, identificando em Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto Simonsen a produção historiográfica responsável pelo "redescobrimento do Brasil", entre os anos 1933-1937, isto é, de permeio à Revolução de 1930 e o início do Estado Novo. Caio encabeça o movimento de redescoberta:

*A obra que certamente representa o início do redescobrimento do Brasil, escreve Mota, é a de Caio Prado Júnior, Evolução Política do Brasil (1933), anunciando "um método relativamente novo", dado pela interpretação materialista*⁷.

7 Carlos Guilherme Mota. *Ideologia da Cultura Brasileira: Pontos de Partida para uma Revisão Histórica*. 2.ª ed. São Paulo, Atica, 1977, p.28.

Emília Viotti da Costa também localiza, em Caio Prado Jr., a "verdadeira revolução" que a historiografia marxista operou, contrapondo ao caráter objetivo das análises feitas por este historiador o subjetivismo de uma historiografia conservadora e tradicional como a de Varnhagen:

*O mérito de Caio Prado Jr. é ter saído do nível subjetivo dos testemunhos procurando identificar no jogo das contradições objetivas o sentido do processo*⁸.

8 Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo, Grijalbo, 1977, p. 104-105.

Para Dante Moreira Leite, em seu célebre trabalho *O Caráter Nacional Brasileiro*,

*Caio Prado Júnior representa um momento decisivo na superação do pensamento ideológico: as características da colônia não são determinadas por misteriosas forças impostas pelo clima ou trazidas pelas raças formadoras, mas resultam do tipo de colonização imposto pela economia européia*⁹.

9 Dante Moreira Leite. *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia*. 2.ª ed. São Paulo, Pioneira, 1969, p. 315-316.

Caio Prado elaborou obra multidisciplinar, transitando com segurança e coerência da filosofia à geografia, desta para as análises históricas, dando-se bem, de igual modo, em trabalhos de cunho político, como *A Revolução Brasileira* e inúmeros artigos publicados na *Revista Brasileira*¹⁰. Contudo, pela profundidade da análise, pela habilidade no manejo do método materialista histórico, pela audácia política de ser publicado em pleno Estado Novo e pelo caráter de eixo, centro e vértice de todos os demais textos, destaca-se o livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942).

Antonio Candido reconhece o seu valor e pioneirismo como resultado da aplicação do novo método,

*extraordinária alavanca de renovação intelectual e política; e que, nessa obra, aparecia pela primeira vez como forma de captação e ordenação do real, desligado do compromisso partidário ou desígnio prático imediatista*¹¹.

10 Sobre a bibliografia de Caio Prado Jr., consultar o livro organizado por Francisco Iglesias, *Caio Prado Jr.: História*, São Paulo, Atica, 1982, p. 43, e o artigo de Fernando Novais, Caio Prado Jr., Historiador. In: *Novos Estudos CEBRAP*, v. 2, 2:66-70, jul. 1983, p. 67, nota 7. Os artigos de Caio Prado publicados na *Revista Brasileira* somam mais de duas dezenas, distribuídos pelos 51 números bimestrais do periódico. O número 52, informa Iglesias, foi destruído, ainda no prelo, pelos órgãos de segurança do governo militar, em 1964. 11 *Op. cit.* p. XIII. 12 *Op. cit.*

Novais o requisita para análise, e escreve o artigo intitulado *Caio Prado Jr.: Historiador*¹², texto denso, desafiador mesmo, enquanto apreciação crítica e exaltação das qualidades dialéticas do livro. Foi a leitura desse artigo que me fez tornar pública minha posição sobre um tema polêmico abordado pelo articulista, ou seja, o tema do *economi-*

cismo em Caio Prado.

Antes, porém, gostaria de contar com a benevolência do leitor para acompanhar o que eu chamaria de resenha do livro, embora sujeito a soslaio reprovadores de bibliógrafos vigilantes quanto à correta observância de preceitos técnicos. Considerando a pluralidade de leituras a que está sujeita uma obra, a resenha permite revelar o nível de compreensão e o viés de abordagem de quem dela pretende aproximar-se. E é o que farei neste passo. Só após, então, abordarei a questão do economicismo, numa tentativa de fazer o contraponto ao artigo de Novais.

O livro

Formação do Brasil Contemporâneo divide-se em três secções básicas, cuja disposição já revela a prioridade da infra-estrutura como instância determinante na análise: "Povoamento", "Vida Material" e "Vida Social". A primeira pressupõe as categorias *povo* e *espaço geográfico* como fundamentais para uma certa visão geopolítica do fenômeno histórico. O esquema de abordagem decorre da matriz definida pela historiografia liberal, notadamente em Varnhagen e Capistrano: ocupação do litoral pelos portugueses; ocupação do interior; constituição racial do povo através da mestiçagem.

A segunda secção ou conjunto de capítulos (são nove) é a mais extensa. Nela o autor procura compreender e explicar a economia da colônia a partir do que ele encontra como característica fundamental, formalizada através de um recorte que leva em consideração três instâncias: estrutura, funcionamento e evolução. Ao nível da estrutura, comparece um *organismo* produtor de mercadorias, composto de empresários e dirigentes de um lado e a massa da população que produz, de outro. Ao nível do funcionamento, a economia tem por finalidade fornecer gêneros para o mercado externo. E, ao nível da evolução, verifica-se a existência de instabilidade no tempo e no espaço derivada da exploração extensiva e especuladora dos recursos naturais.

A categoria básica, que permite ao autor aquele recorte, é conceituada no capítulo precedente à primeira secção. Trata-se do conceito de *sentido histórico*; neste caso particular, *sentido da colonização*¹³. Esta categoria permeia todo o livro, e é ela que lhe assegura unidade e coerência. E posto que o autor não está interessado na análise do passado pelo passado (este postulado já seria em si mesmo falso) e sim com a questão fundamental da formação do Brasil contemporâneo, outras duas categorias se lhe impõem. Refiro-me a *nação* e *povo*. Sem elas, a primeira revela-se inútil. Indicam o ponto em que se cruzam a categoria-chave *sentido histórico* e a problemática do livro, centrada na busca das raízes e realização histórica da nacionalidade.

Do ponto de vista da cronologia, o recorte incide sobre o final do século XVIII e início do XIX, considerado o momento-chave para compreender a história da colonização e para interpretar o fenômeno histórico nacional que o sucede. No dizer do próprio Caio Prado, este momento é a "síntese", o "balanço final" de três séculos de colonização, momento em que o acidental ocupa segundo plano em relação aos elementos fundamentais (econômicos, sociais e políticos) da "nossa evolução" na fase colonial e na "nova fase" que se inicia. É pois o divisor de fases históricas da construção nacional.

É de se notar que a própria disposição da matéria no livro denuncia o aprofundamento da análise. Na primeira secção o autor apresenta as constatações empíricas mais imediatas nas relações europeu-meio geográfico tropical, português-raças indígenas e negra no processo de povoamento. A seguir, em "Vida Material", o recorte analítico permite-lhe apreender os componentes essenciais do organismo econômico, base material de sustentação das relações sociais nos níveis da produção, da administração estatal e da ideologia. Finalmente, o último segmento do livro consiste em um conjunto de três capítu-

13A categoria *sentido da colonização* é conceituada no primeiro capítulo do livro. O autor começa pelas características gerais do conceito, dizendo que "todo povo tem na sua evolução, vista a distância, um certo 'sentido'". Nesta frase já se apresentam dois pressupostos da categoria: o pressuposto evolucionista (evolução de um povo ou nação) e o pressuposto do necessário distanciamento temporal para se apreender a regularidade de acontecimentos essenciais daquela evolução. O *sentido*, pois, é dado por uma "linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida numa determinada orientação". E, doze páginas adiante, vem a conceituação específica de *sentido colonial*: "No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos". Caio Prado Jr. - *Formação do Brasil Contemporâneo*. S. Paulo, Brasiliense, 1971, p. 19 e 31.

los sob o título sugestivo de "Vida Social".

O primeiro capítulo deste segmento aponta a forma orgânica da sociedade colonial, cujos termos são o escravo que produz e o grande proprietário rural, seu senhor. O primeiro aceita paulatinamente sua condição histórica de escravo pelo reconhecimento da autoridade do proprietário. Este, aristocratiza-se com base nas riquezas e no poder. À margem do setor produtivo principal, voltado para a produção primária exportadora, a massa de homens livres constitui a forma inorgânica da sociedade e fica à sombra da classe privilegiada de proprietários rurais.

Tal composição orgânica verificada pelo autor é a manifestação da estrutura econômica no nível das relações sociais de produção, relações que, sob o nome geral de *vida social*, se complicam com a presença marcante do aparelho administrativo do Estado (analisado no capítulo intitulado "Administração"), com os privilégios garantidos por este a uma burguesia mercantil portuguesa contrária aos interesses nacionais, e com o crescimento vegetativo do setor inorgânico da população. Assim, o aumento de tensão na vida da sociedade colonial traz à tona as contradições do sistema (discutidas no último e decisivo capítulo: "Vida Social e Política") e prepara o terreno para a conclusão da primeira fase da história nacional e início da segunda.

Finalmente, nos últimos parágrafos do último capítulo, o autor trata da ideologia burguesa que liga a política brasileira à conjuntura internacional do liberalismo. Ou seja, Caio Prado apreende uma realidade histórica cuja substância, pela sua própria dinâmica, encontra-se naquele momento (final do século XVIII e início do XIX) receptiva à ideologia revolucionária burguesa, ideologia que serviu a quase todos os segmentos da sociedade: "senhores de engenho e fazendeiros contra negociantes; mulatos contra brancos; pés-descalços contra calçados; brasileiros contra portugueses ... Faltou apenas 'escravos contra senhores', justamente aqueles a quem mais se aplicaria como lema reivindicador (Caio Prado refere-se, aqui, ao lema revolucionário francês: liberdade, igualdade e fraternidade); é que os escravos falavam — quando falavam, porque no mais das vezes agiram apenas e não precisaram de roupagens ideológicas —, falavam na linguagem mais familiar e acessível que lhes vinha das florestas, das estepes e dos desertos africanos..."¹⁴.

14 *Formação*, p 377.

Assim termina Caio Prado Jr. o seu livro, apontando as contradições explicativas do processo de consolidação nacional desencadeado através de amplo movimento denominado, por ele, *Revolução da Independência*, no livro *Evolução Política do Brasil*, editado em 1933. Mas a estrutura econômica permanecia intocada com a preservação do escravo, cujas reações não se enquadravam no ordenamento da racionalidade revolucionária.

As idéias vicejam segundo as condições materiais de vida do Homem. A historiografia liberal não considera este princípio, mas o seu oposto. E é contra ela que Caio se bate no plano historiográfico. Mas, ao fazê-lo, tende a acentuar o caráter determinante da base material, incorrendo num certo economicismo. É o que tentarei demonstrar a seguir.

A questão do economicismo

Novais afirma que entender *Formação do Brasil Contemporâneo* "como exemplo de interpretação econômica da história, ou mesmo como manifestação de economicismo — como tantas vezes tem ocorrido —, parece leitura acanhada, que não vai às últimas dimensões do texto"¹⁵. Evidentemente não se pode tripudiar sobre obra de tamanha importância para a historiografia, nem desclassificá-la sob alegação de malsucedida na prática da dialética. Mas as ressalvas abonatórias encontradas aqui e ali em textos de análises induzem a uma certa intocabilidade do historiador.

15 Fernando Novais. *Op. cit.* p. 68-69.

Sem qualquer outro propósito que o de simples reflexão sobre o assunto, aponto duas passagens exemplificadoras. Uma do próprio Novais, ao refutar crítica segundo a qual Caio Prado Jr. faz uma interpretação economicista da história:

*Diga-se, de passagem, que algumas passagens menos felizes podem levar a essa visão. Mas, insistimos, não é um ou outro trecho destacado que importa, mas o movimento conjunto da análise*¹⁶.

16 Id. *ibid.* p. 69. Grifado por mim.

A outra é de Carlos Guilherme Mota, a respeito de um trecho em que o historiador marxista refere-se ao índio e ao negro como raças inferiores:

Claro que se trata de um deslize: *basta que se leia o capítulo sobre "raças", para perceber o dimensionamento dado ao tema*¹⁷.

17 Carlos Guilherme Mota. *Op. cit.* p. 32. Grifado por mim.

Seria pertinente analisar tais conceitos no texto de Caio Prado, como raça, cultura, índole, povo e nação. Contudo, não está em meus planos fazê-lo neste artigo. Restringir-me-ei tão-somente ao problema do economicismo, embora reconhecendo não serem temas reciprocamente excludentes.

Novais diz o seguinte a respeito da relação estrutural entre a categoria *sentido da colonização* e a composição geral de *Formação do Brasil Contemporâneo*.

*À simples leitura, percebe-se que, depois de indicar o tema ("Introdução"), o autor procura definir o que chamou de "sentido da colonização"; segue-se a análise dos vários setores da realidade histórica agrupados em três conjuntos: "Povoamento", "Vida Material" e "Vida Social", cada um deles subdividido em capítulos. Nota-se que as considerações iniciais ("sentido") voltam ao final de cada capítulo, sendo por isso consideradas 'chave' para a compreensão; (...) É, em suma, essa categoria que explica os vários segmentos (dá-lhes "sentido"), ao mesmo tempo em que por eles se explica, isto é, a análise dos vários segmentos vai enriquecendo e comprovando a categoria fundamental. (...) Entre o sentido da colonização e o povoamento, produção, comércio, classes sociais etc., o que existe não é relação causal, mas conexões de sentido. Diríamos mesmo que os segmentos (povoamento, vida material, vida social) poderiam ser descritos e analisados em qualquer seqüência, pois guardam a mesma relação com a categoria explicativa. A segmentação aliás visa apenas a facilitar a exposição, sendo que se pode notar a interpenetração entre eles. É o tipo de análise que permite ultrapassar a visão segmentária e economicista*¹⁸.

18 Fernando Novais. *Op. cit.* p. 68-69. Grifado por mim.

Esta análise de Novais levou-me a considerações que, acredito eu, podem concorrer para a continuidade da reflexão por ele estimulada. Primeiramente, não se pode afirmar que as considerações iniciais de Caio Prado Jr., relativas a "sentido", voltem ao final de cada capítulo. Elas estão lá, em quase todos os capítulos, mas não do livro todo. Repetem-se na maioria dos capítulos que perfazem apenas o conjunto "Vida Material". Dos nove capítulos desta seção, a recorrência ao conceito-chave e base da análise se faz notar em seis: "Economia", "Mineração", "Pecuária", "Produções Extrativas", "Artes e Indústria", "Comércio". Em segundo lugar, os três segmentos do livro ("Povoamento", "Vida Material" e "Vida Social") guardam a mesma relação com a categoria explicativa, como faz ver Novais, mas também guardam relações entre si na seqüência em que estão dispostos. Portanto, não poderiam ser descritos e analisados fora dessa seqüência, sem o risco de se perder a comprovação operacional daquela categoria-chave à luz da história, cuja realidade ela, categoria, dialeticamente permite recuperar. Isto porque a segmentação do texto não é apenas para facilitar a exposição, mas, acima de tudo, um recurso de aprofundamento vertical do recorte analítico.

Inicialmente o objeto revela-se na concretude material imediata: o meio geográfico com suas características climáticas e topográficas; as raças de variada procedência que se encontram neste espaço; as correntes de povoamento em função de atividades produtivas espacialmente localizadas (agricultura, produções extrativas, mineração, pecuária). Enfim, o homem e o meio. Tudo isto naquele momento específico (final do século XVIII e início do XIX), combinando-se numa certa visão geopolítica. Como o critério adotado é o recorte de um *organismo* em funcionamento, a análise metódica tem seu início neste segmento mais superficial, mais epidérmico, sob o título geral de "Povoamento".

Em seguida, aprofunda-se e toca a materialidade econômica, ou seja, a base explicativa da conformação e funcionamento do organismo social (povo ou nação). É o segundo movimento analítico. Nele, a categoria *sentido da colonização* se enriquece pela comprovação de sua realidade essencial nos fatos concretos das relações mercantis e organização empresarial da Colônia.

O autor reconstrói, então, no terceiro movimento, a realidade histórica consubstanciada no povo, nação, organismo social dinâmico ou, enfim, Brasil contemporâneo. Neste último segmento da análise, expõe as contradições do *sistema colonial*, reservando um lugar de destaque à que se refere ao nacional, isto é, à luta de interesses entre proprietários brasileiros e comerciantes portugueses. Destaca, também, a contradição de natureza étnica, que dá no preconceito de cor, e a contradição do regime servil, apontada nas revoltas constantes dos escravos. O ponto central da análise, contudo, é a luta de interesses ao nível do comércio e não a contradição verificada ao nível das relações sociais de produção.

A contradição básica do sistema desloca-se, pois, das lutas sociais no contexto mais amplo e internacional do processo histórico de expropriação do produtor direto pela burguesia para uma luta que se realiza, a rigor, entre frações de classe dominante. É o que no texto aparece como oposição entre interesses mercantis de uma classe não identificada com a nacionalidade e interesses de uma aristocracia rural, proprietária de terras e escravos, ou seja, classe dirigente nacional, segundo o autor.

Assim, a alteridade nacional/não-nacional faz sobrepor-se às relações sociais de produção as relações de trocas mercantis, privilegiando, portanto, o nível da circulação das mercadorias, sem o superar.

Quem conseguiu ultrapassar essa perspectiva nacionalista e economicista foi o próprio Novais, em *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*¹⁹. Novais procura compreender a colonização como desdobramento do processo de acumulação primitiva de capitais na Europa, o que lhe permite superar a determinação econômica e alcançar um patamar superior de compreensão da história, do qual tornam-se visíveis interações de categorias como acumulação primitiva, sistema colonial, escravismo, e suas elucidações mútuas no quadro mais amplo do Antigo Regime. Acompanha, assim, a ruptura do pacto colonial, no compasso de instauração histórica do capitalismo pleno.

Caio Prado não chegou lá. Entretanto, jamais se veja nisto algum demérito, mas simplesmente a articulação da obra historiográfica com propostas políticas ainda sob o peso de diretrizes da III Internacional, que, aliás, não contou com plena simpatia do historiador, principalmente quando da publicação de *A Revolução Brasileira*, em 1966. Preocupado com o baixo nível do padrão de vida do trabalhador brasileiro, notadamente no campo; inquieto com a fragilidade de uma economia dependente de estímulos externos e integrada ao sistema de dominação imperialista, ele busca, na identidade econômico-social da nação, o caminho possível para superar as suas contradições. Mas, ao firmar pé na interpretação economicista da história, acaba por recair numa perspectiva romântica de nação²⁰, isolando-a de um processo amplo e multifacetado de consolidação do capitalismo industrial no mundo do qual o Brasil é apenas uma parte.

19 Fernando A. Novais - *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo. Hucitec, 1979.

20 A respeito da perspectiva romântica em Caio Prado Jr., ver artigo de Nilo Odália, *Sentido de Colonização, Modo de Produção e História Colonial*. In: *Debate e Crítica*, 4: 49-60, nov. 1974.

Jayro Gonçalves Melo é professor-assistente de história no campus de Presidente Prudente da Unesp.